

# COMUNICADO

## Pareceres AMT sobre serviços e infraestruturas de mobilidade e transportes

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) emitiu parecer quanto à contratualização de **serviços e tarifários de transporte público de passageiros**<sup>1</sup>:

- Parecer n.º 94/2025 - Parecer relativo às “Condições de Prestação e Financiamento do Serviço Público de Transportes de Passageiros” pelos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de **Portalegre** (SMAT) no sentido favorável;
- Parecer n.º 93/2025 - Parecer relativo às peças do procedimento para a contratualização dos serviços de transporte flexível (a pedido) no Município da **Guarda**, pela Comunidade Intermunicipal das **Beiras e Serra da Estrela**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 84/2025 – Parecer sobre a atualização de tarifas do serviço público e compensação unitária do valor da compensação quilómetro – contratos de serviço público da **Área Metropolitana do Porto**;
- Parecer n.º 77/2025 - Parecer quanto ao projeto de Tarifário Intermodal da Comunidade Intermunicipal da **Região de Coimbra**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 69/2025 - Parecer Prévio Vinculativo sobre a disponibilização de Transporte de Passageiros Flexível a Pedido na Comunidade Intermunicipal do **Alentejo Central**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 60/2025 - Parecer quanto projeto de alteração ao regulamento intermunicipal que estabelece Apoios à Mobilidade da Comunidade Intermunicipal do **Algarve**, no sentido favorável.
- Parecer n.º 58/2025 - Parecer Prévio Vinculativo quanto aos Acordos de Atribuição de Compensações pela Prestação dos Serviços de Transporte a celebrar com operadores de transportes da Comunidade Intermunicipal do **Alto Minho**, no sentido favorável.

No âmbito de acesso a **terminais rodoviários de passageiros**<sup>2</sup>, foram emitidos:

- Parecer n.º 67/2025 – Recurso sobre a recusa de acesso livre e não discriminatório a terminal rodoviário das **Caldas da Rainha**, no sentido desfavorável ao operador de terminal;
- Parecer n.º 66/2025 - Recurso sobre a recusa de acesso livre e não discriminatório a terminal rodoviário de **Fátima**, no sentido desfavorável ao operador de terminal.

No primeiro caso, foi sido comprovada a existência de capacidade disponível, bem como a recusa de acesso sem fundamentação e o incumprimento da obrigação de publicitação de informações relativas a interfaces ou a terminais e no segundo foi comprovada a recusa de acesso sem fundamentação e o incumprimento da obrigação de publicitação de informações relativas a interfaces ou a terminais.

<sup>1</sup> Código dos Contratos Públicos, Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, Regulamento AMT n.º 430/2019, de 16 de maio, alterado pelo Regulamento n.º 273/2021, de 23 de março.

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 140/2019, de 18 de novembro e Regulamento AMT n.º 3/2025, de 5 de janeiro.

## COMUNICADO

Quanto a **serviços e infraestruturas ferroviárias**<sup>3</sup>, foram emitidos:

- Parecer n.º 88/2025 - Parecer sobre a Homologação das Tabelas de Taxas dos Diretórios da Rede de 2024/2025/2026 da APDL – **Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.**, no sentido desfavorável;
- Parecer n.º 87/2025 - Parecer sobre a Validação dos Diretórios de Rede ferroviários de 2024/2025/2026 da APDL – **Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo**, no sentido favorável.

Quanto a **serviços e infraestruturas portuárias**<sup>4</sup> e **vias navegáveis interiores**<sup>5</sup>, foram emitidos:

- Parecer n.º 92/2025 - Projeto de Regulamento de Tarifas para a **Via Navegável do Douro** para 2026, no sentido favorável;
- Parecer n.º 86/2025 - Projeto de Regulamento de Tarifas de Receção e Gestão de Resíduos da **Via Navegável do Douro** para 2026, no sentido favorável;
- Parecer n.º 83/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 da APS – **Administração dos Portos de Sines e do Algarve**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 82/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 da APSS – **Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 81/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 da APL – **Administração do Porto de Lisboa**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 80/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 da **Administração do Porto da Figueira da Foz**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 79/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 **Administração do Porto de Aveiro**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 78/2025 - Proposta de revisão do Regulamento de Tarifas para 2026 da **Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo**, no sentido favorável;
- Parecer n.º 68/2025 - Parecer Prévio Vinculativo relativo à prorrogação do prazo de Concessão do **Terminal Portuário TPS do Porto de Setúbal**, concessionado à SAPEC – Terminais Portuários, S.A., no sentido favorável;
- Parecer n.º 62/2025 – Parecer Prévio Vinculativo relativamente ao Pedido de Prorrogação do prazo de Concessão de Serviço Público do **Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro**, atualmente concessionado à Chane Terminal Lisbon, S.A, no sentido favorável;

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, na redação atual, que aprova princípios e procedimentos de fixação e cobrança das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e de repartição da capacidade da infraestrutura ferroviária.

<sup>4</sup> Deliberação n.º 1025/2018 (publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 183, de 21 de setembro de 2018), as “*Linhas de Orientação para a implementação da alínea e) do n.º 4 do artigo 5.º dos estatutos da AMT, sobre tarifários das administrações portuárias*”.

## COMUNICADO

- Parecer n.º 61/2025 – Parecer sobre o projeto de decreto-lei que estabelece as bases da concessão de serviço público da exploração a celebrar entre a APL – Administração do **Porto de Lisboa** e a Silotagus, no sentido favorável.

Sem prejuízo do cumprimento de determinações que condicionam o sentido dos pareceres, foi confirmada, no que se refere a pareceres favoráveis, a adequação dos procedimentos ao enquadramento legal aplicável.

Quanto a **operações de concentração**, por solicitação da Autoridade da Concorrência<sup>6</sup>, foram emitidos:

- Parecer n.º 72/2025 – Parecer sobre a Operação de Concentração n.º 2025/78 – IIP Amaxi/DIF4\*Fados II, na área das **infraestruturas rodoviárias**, no sentido de não oposição;
- Parecer n.º 64/2025 – Parecer sobre a Operação de Concentração n.º 2025/64 - Brisa/Axxés, na área das **infraestruturas rodoviárias e serviços rodoviários e de mobilidade**, no sentido de não oposição;
- Parecer n.º 59/2025 – Parecer sobre a Operação de Concentração n.º 2025/54 – Gsmarítima/Tirgal, na área da prestação de **serviços de transitário por via marítima** e para carga contentorizada e carga convencional, no sentido de não oposição.

A divulgação dos pareceres é efetuada, no sítio da internet da AMT<sup>7</sup>, após a conclusão de todos os procedimentos administrativos e depois de salvaguardados os elementos sujeitos a confidencialidade e/ou segredo comercial.

---

<sup>6</sup> Artigo 55.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o regime jurídico da concorrência.

<sup>7</sup> [Pronúncias e pareceres da Autoridade da Mobilidade e Transportes](#)